

**A LATINIZAÇÃO DA PENÍNSULA IBÉRICA:  
A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS  
NA GEOLINGUÍSTICA DA PENÍNSULA**

*José Mario Botelho (FFP-UERJ)*

[botelho\\_mario@hotmail.com](mailto:botelho_mario@hotmail.com)

*Paulo Osório (UBI)*

[pjtrso@ubi.pt](mailto:pjtrso@ubi.pt)

**RESUMO**

Neste artigo, vamos analisar mais especificamente sobre as invasões bárbaras, que determinaram a queda do Império Romano e o fim da romanização da península Ibérica. Tais fatos contribuíram para a conseqüente dialetação da língua latina e o surgimento de inúmeros romances, que possibilitaram a latinidade peninsular. Logo, deu-se o fim da romanização, mas se impôs a latinização, que se desenvolveu nos vários reinos gótico-cristãos, os quais se formaram com a fixação dos invasores bárbaros germânicos, cujos reflexos podem ser constatados ainda hoje nas línguas da península Ibérica.

**Palavras-chave:**

**Império Romano. Invasões bárbaras. Reinos gótico-cristãos.**

**SOMMARIO**

In questo articolo, esamineremo più specificamente le invasioni barbariche, che determinarono la caduta dell'Impero Romano e la fine della romanizzazione della penisola Iberica. Tali fatti contribuirono alla conseguente dialettazione della lingua latina e alla nascita di numerosi romanzi, che resero possibile la latinità peninsulare. Terminò quindi la romanizzazione, ma si impose la latinizzazione, che si sviluppò nei vari regni gotico-cristiani che si erano formati con l'insediamento dei barbari invasori germanici, i cui riflessi può essere visto ancora oggi nelle lingue della penisola Iberica.

**Parole chiave:**

**Impero romano. invasioni barbariche. regni gotico-cristiani.**

***1. Introdução: Da chegada dos romanos à península Ibérica ao estabelecimento de seu Império peninsular***

Em 219 a.C., os romanos chegam à península Ibérica, região onde se deu a evolução do latim vulgar, do qual se origina a língua portuguesa, e dão início à Segunda Guerra Púnica, derrotando os cartagineses em Nova Cartago. Essa Segunda Guerra Púnica aconteceu por volta de 220 a.C., sendo que os romanos vencem os cartagineses em Nova Cartago e

em todo o território por onde os cartagineses faziam as suas manobras militares. Igualmente no Séc. III a.C., entre 220 e 201, os romanos conquistam uma parte hispânica da península Ibérica. No Séc. II a. C., em 197, conquistam outra parte da Hispânia, e entre 149 e 133, a Lusitânia. Paralelamente, em 146 a.C., os romanos derrotam os cartagineses em Cartago e conquistam o norte da África, numa Terceira Guerra Púnica, que determina a extinção de Cartago. Ainda no Séc. II a.C., em 133, deu-se a tomada de Numância, a capital da Espanha. Em seguida, os romanos ampliaram o território, conquistando toda a faixa ocidental da Ibéria e impuseram o latim aos povos peninsulares conquistados. Para isto os romanos introduziram costumes de civilização, que não eram conhecidos, abrindo escolas, construindo estradas, templos, organizando o comércio, o serviço de correio e outros. Impuseram com rigor o uso do latim nas transações comerciais e nos documentos oficiais.

O latim, prestigiado como língua oficial, ensinada nas escolas, pôde suplantar as demais línguas faladas pelos peninsulares, que adotaram, por conseguinte, a língua do povo dominador. Essa língua não era o latim clássico; era, pois, o latim vulgar, que, influenciado pelas línguas peninsulares, já não era também a língua falada em Roma. E as diferenças foram crescendo, à medida que as civilizações conquistadas adotavam por completo os costumes dos vencedores, isto é, romanizavam-se, sendo que o latim foi, portanto, tomando uma fisionomia particular na Hispânia, criando-se um contexto em que se exerce a influência dos substratos com maior intensidade. Neste quadro, assume particular relevância a seguinte afirmação:

O português deriva, portanto, como as línguas românicas suas irmãs, essencialmente da linguagem falada dos últimos séculos do Império, do chamado latim vulgar: isto é um resultado irrefutável das investigações filológicas do século XIX. Mas esta investigação adiantou ainda mais um passo: as estreitas relações, diz-nos ela, que ligavam as diferentes Províncias do Império pelo comércio e transportes, pela administração e educação, as fixações de colonos e as misturas de população contribuíram para que esta língua quotidiana, este latim vulgar inundasse todas as particularidades idiomáticas regionais e para que a língua se unificasse em todas as partes do vasto Império. Da mesma maneira que uma camada de areia homogênea, também o latim vulgar cobriu todos os idiomas e dialectos locais e todas as tendências dialectais, e só no solo deste idioma homogêneo se desenvolveram os particularismos das hodiernas línguas românicas [sic]. (MEIER, 1943, p. 499)

No séc. V d.C., o Império Romano, romanizado, mas já em decadência desde o século III d.C., é totalmente destruído pelas invasões góticas. Os bárbaros, como eram chamados pelos romanos, que já se esta-

beleciam ao Norte, na fronteira com a Germânia, fizeram várias incursões, primeiramente ao Nordeste, e depois ao Norte da península Ibérica. Tal fato acelerou a dialeção do latim, que já vinha sendo influenciado pelos referidos substratos linguísticos da península – as línguas dos celtiberos.

Os povos bárbaros, essencialmente guerreiros e de cultura diferente da dos romanizados, embora fossem vencedores, adotaram os elementos de civilização: a religião cristã, a organização político-administrativa, entre outros. Adotaram a língua latina, falada na península, apesar de abalar efetivamente a unidade político-cultural da região do antigo Império Romano, pois as escolas foram fechadas e novos elementos culturais foram introduzidos. Logo, esses superstratos – as línguas dos povos vencedores, que adotaram a língua dos derrotados romanos – praticamente não alteram a língua latina da península. A romanização chega ao fim, mas a latinização se fazia presente.

Depois da queda do Império, reinos gótico-cristãos foram estabelecendo-se por toda a península. Paulatinamente, a língua latina, que já se modificava em virtude do contato com os substratos peninsulares, influenciado pelos superstratos – as línguas dos germânicos –, dialetou-se, isto é, passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região do antigo Império.

## **2. A decadência do Império Romano e a sua queda**

Com sua última conquista, no início do século II, a extensão territorial do Império Romano atinge a sua maior extensão em 117, e os romanos já não conseguiam conter as constantes invasões dos vizinhos germânicos em suas fronteiras. Deste modo, aos dois séculos de conquista da península Ibérica, seguiram-se quatro de *pax romana*<sup>1</sup>, que terminaria, abruptamente, com a chegada de povos germânicos, nos inícios do séc. V. Tal fato, significa, então, que a evolução do latim ibérico foi afetada por estes acontecimentos, na medida em que se acentuaram as tendências centrífugas, favoráveis ao desenvolvimento de particularismos

---

<sup>1</sup> A Pax Romana (Paz romana) se refere a um período da história romana, marcada por uma relativa paz e prosperidade, que se deu na transição do período republicano para o período imperial. Neste período, verificou-se certa estabilidade no Império Romano, a qual garantiu a autoridade de Roma sobre suas províncias. A política da Pax Romana, que se efetivou em todo o Império, iniciou-se em 27 a.C., com a coroação de Augusto César.

regionais que, aliás, já iam notando desde o tempo da decadência do Império Romano do Ocidente (cf. SILVA; OSÓRIO, 2008).

Depois do século III, agrava-se a crise econômica e a decadência consequente se torna inexorável. Entre 260 e 273, durante a Crise do Terceiro Século (período, em que o Império foi governado por cerca de dezoito imperadores legítimos sucessivamente), o Império esteve dividido em Império das Gálias no Ocidente e Império de Palmira no Oriente, sendo reunificado por Aureliano em 274.

Imagem 1: Divisão territorial do Império Romano em 273.



Fonte: Map of Ancient Rome 271 AD.svg.

Depois, viveu um período curto de Tetrarquia (governo de quatro) entre 293 e 313, quando foi governado por um imperador sênior (Augusto) e um júnior (César) em cada metade do Império com Dioclesiano e Maximiano como Augustos, até que Constantino I, o Grande, que já era Augusto do Império do Ocidente, reunifica o Império novamente em 313.

Nessa época também, dá-se uma reforma religiosa iniciada por Constantino I, que, em 312, se convertera<sup>2</sup> ao Cristianismo, o qual sofria uma terrível perseguição desde 303. Um pouco mais tarde, o Cristianismo passa a ser a religião do Império Romano em 380 com Teodósio I, embora muitas crenças ainda se professassem na parte ocidental do Império. No final desse século IV, a ideia da separação já era aceita por todos, e, com a morte do imperador Teodósio I, o Império se divide definitiva-

---

<sup>2</sup> Tal conversão não foi, de fato, oficializada. Há historiadores que fazem referência a uma conversão que se deu num sonho que Constantino teve na noite da véspera de uma batalha decisiva, em que o Deus dos cristãos prometera-lhe a vitória, se ele anunciasse essa sua nova religião publicamente. Fato é que, no dia seguinte, em 28 de outubro de 312, seu exército sagrou-se vencedor. O que não se pode negar, de fato, é que Constantino demonstrava apreço pelos cristãos da época.

mente em dois: o do Ocidente e o do Oriente. Contudo, enquanto o Império do Oriente se recuperava e se firmava paulatinamente, o Império do Ocidente praticamente entrava em colapso.

Nessa época, muitas tribos germânicas já se instalavam pacificamente nas áreas internas do Império, próximas das fronteiras. Muitos deles também faziam parte dos exércitos romanos como mercenários, defendendo as fronteiras. Até casamentos entre romanos e bárbaros ocorreram durante o governo de Teodósio I; o próprio filho do Imperador, Honório, casou-se duas vezes com as filhas de Estilício, um chefe vândalo – de uma das tribos góticas germânicas. Muito curiosa é a obra *Itinerarium* (ou *Peregrinatio Egeriae*<sup>3</sup>, que estando escrita num latim muito simples, dos fins do século IV, antes da chegada dos povos germânicos, revela o que seria o latim falado de então. Sobre o latim do texto da monja Egéria, Rosalvo do Valle (2008) faz a seguinte observação:

Não há contradição em se afirmar que a *Peregrinatio Aetheriae* é uma fonte do latim vulgar, apesar do seu forte contingente da língua culta. É, de fato, uma obra literária *lato sensu* por estar redigida numa língua que procura seguir as normas da língua literária tradicional. Mas é uma literatura que visa essencialmente à comunicação imediata. A autora quer, sobretudo, fazer-se entender, de onde o tom coloquial desse diário. Então a língua da obra é um latim culto/coloquial cristão, numa época em que já se conhecia um *usus loquendi ecclesiasticus*, um latim cristão que se denuncia logo pelo vocabulário. (VALLE, 2008, p. 70-1)

Valle descreve, ao longo dessa obra, aspectos da fonética e da morfologia que delineavam a oralidade em latim vulgar da época. Na Sintaxe, em especial, o autor faz observações importantíssimas sobre a ordem direta dos termos que se efetiva na frase eteriana e sobre outros aspectos sintáticos, como observa Botelho (2010) numa resenha sobre a referida obra:

---

<sup>3</sup> Veja-se, a título meramente ilustrativo, um exemplo retirado de Väinänen (1985, p. 314-15) e Díaz y Díaz (1962, p. 80-1):

“Vallis autem ipsa ingens est valde, iacens subter latus montis Dei, quae habet forsitan, quantum potuimus videntes estimare aut ipsi dicebant, in longo milia passos forsitan sedecim, in lato autem quattuor milia esse appellabant. Ipsam ergo vallem nos trauersare habebamus, ut possimus montem ingredi. 2. Haec est autem vallis ingens et planissima, in qua filii Israhel commorati sunt his diebus, quod sanctus Moyses ascendit in montem Domini et fuit ibi quadraginta diebus et quadraginta noctibus. Haec est autem vallis, in qua factu-sest vitulus, qui locus usque in hodie ostenditur; nam lapis grandis bifixus stat in ipso loco. Haec ergo vallis ipsa est, in cuius capite ille locus est, ubi sanctus Moyses, cum pasceret pecoras oceri sui, iterum locutus est ille Deus de rubo in igne.”

Também faz observações sobre os elementos discursivos, sobre o largo uso de preposições e de locuções prepositivas, e sobre a preferência de orações desenvolvidas. Logo, a sintaxe dessa *Peregrinatio ad loca sancta* é uma fonte riquíssima para os estudos sobre o latim vulgar e, consequentemente, para um estudo diacrônico da sintaxe da língua portuguesa. (BOTELHO, 2010, p. 41)

As inevitáveis perdas territoriais para os bárbaros germânicos causavam aos romanos despesas insustentáveis, agravando ainda mais a situação econômica de Roma, que já não podia evitar o iminente declínio do Império.

No século V, o Império Romano já em decadência é totalmente destruído pelas invasões góticas. Os bárbaros, fugindo da investida dos hunos – beligerantes povos asiáticos, que marcharam em direção à Europa –, fizeram várias incursões, primeiramente ao Nordeste, e depois ao Norte da península Ibérica.

A partir de 409, os alanos, os vândalos e os suevos, numa ação conjunta, invadiram a Hispânia. Um grupo dos alanos ocupa uma área no Nordeste da península de origem vascônica e outro grupo segue os vândalos, que atravessaram a Hispânia, ocupam uma grande área do centro para o sul, mas não se fixam por muito tempo; e os suevos se instalam ao Norte e ao Oeste da península.

Em 410, Roma é saqueada de forma traiçoeira pelos bárbaros visigodos; dezenas de quilômetros quadrados de terra eram deixadas ao léu; outras tantas eram invadidas pelos inimigos bárbaros; Roma perde o controle do mar Mediterrâneo e os vândalos com os alanos conquistam as províncias romanas ao Norte da África.

Os visigodos, que já dominavam o sul da Gália, invadem a península Ibérica e se fixam em grande parte dela. Em 418, os visigodos expulsam os vândalos e os alanos, que já se instalavam no Norte da África, e em 558 subjagam o restante dos alanos, os vascões e os suevos e anexam a península ao Sul da Gália.

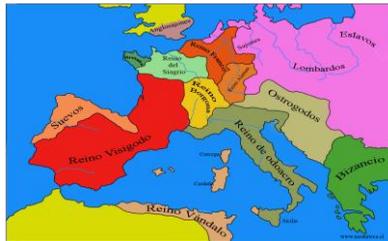
Imagem 2: Reino dos visigodos em 418-500.



Fonte: Visigoth Kingdom.jpg.

Em 455, Roma foi tomada pelos vândalos, que já dominavam o Norte da África e as ilhas Córsega e Sardenha. Saquearam a cidade de Roma por duas semanas começando em junho daquele ano. Em 476, totalmente fragilizado, o Império do Ocidente é completamente dominado pelos povos góticos, e Roma sofre a derradeira invasão: os hérulos, que compunham um exército mercenário dos romanos, saqueam a cidade e decretam o fim do Império Romano, e Flávio Odoaco torna-se o primeiro rei bárbaro de Roma.

Imagem 3: Região do antigo Império Romano do Ocidente no final do Séc. V.



Fonte: Visigoth Kingdom.jpg.

### **3. A situação da península Ibérica após a queda do Império do Ocidente: a dialeção do latim e a geolinguística da península**

Deu-se, pois, a declínio do Império Romano do Ocidente no final do século V, e diversas comunidades góticas começam a ser formadas na península Ibérica, pois esses bárbaros invasores se estabeleciam em todas as regiões dominadas.

Também esses bárbaros se latinizavam, uma vez que a língua latina, com variações regionais e consideravelmente evoluídas por ação dos substratos linguísticos, era a língua do povo peninsular.

Quando começaram francamente as invasões germânicas (séc. V), o latim, naturalmente com variações regionais e muito evoluído, era a nova língua nativa da península Ibérica. A ocupação do território por nações germânicas não alterou essencialmente a latinização.

Todos estes povos góticos eram essencialmente guerreiros, seminômades e de cultura inferior à dos peninsulares romanizados; embora fossem vencedores, adotaram os elementos de civilização (a religião cristã, a organização político-administrativa, entre outros) e a língua latina

falada na península, apesar de abalar efetivamente a unidade político-cultural do vencido Império Romano, pois as escolas foram fechadas e os templos destruídos. Só nos mosteiros procurava-se conservar a língua clássica.

Com a queda do Império Romano do Ocidente, o latim vulgar, já bastante modificado principalmente pela ação das antigas línguas peninsulares (dos povos pré-romanos que habitaram as regiões ibéricas) – os substratos – e matizado pelas línguas dos bárbaros germânicos (povos pós-romanos, que passaram a habitar as regiões ibéricas latinizadas e que adotaram a língua dos vencidos) – os superstratos –, dialetou-se completamente.

Assim, o latim passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região. Com a dialeção do latim, instaura-se um verdadeiro caos linguístico, porquanto a língua de comunicação se efetivava essencialmente de forma oral. Também o fator cronológico tem grande importância, pois as conquistas das diversas regiões e a sua latinização se efetivaram em épocas diferentes; a Lusitânia, por exemplo, “só se latinizou, francamente, muito depois da Bética e mesmo de grande parte da Província Tarraconense” (Cf. CÂMARA JR., 1985, p. 22).

De fato, poucos eram os indivíduos que dominavam a escrita, e essa língua de comunicação oral – um conglomerado de falares dialetais da língua latina – denominamos latim vulgar.

Esse estrato oral não temos como descrever precisamente, posto que não nos chegou nenhum tratado científico de sua natureza, e, como ainda não havia instrumentalização para gravá-lo, a sua reconstituição, a qual se caracteriza por ser o resultado de elucubrações, só pôde ser feita a partir do método histórico-comparativo. Por meio desse método, aplicado em grupos de línguas genealogicamente afins, como é o caso das línguas neolatinas (português, galego, espanhol, catalão, francês entre outras), foi possível o cotejo dos dados colhidos para desse *corpus* se encontrar uma forma originária no latim e determinar os diversos metaplasmos ocorridos. Além disso, outras elucubrações puderam ser feitas acerca daquele *corpus*: a verificação de seus significados, a formação de novos campos semânticos, a motivação de eventuais formações, e outras tantas questões de natureza léxico-semântica.

Em suma, além de ter sido muito útil na reconstituição do léxico de línguas neolatinas, justificando inúmeras de suas formas vocabulares, o método histórico-comparativo foi fundamental na reconstituição do lé-

xico do latim vulgar. Revelou-se, com isso, ser o latim vulgar a principal fonte léxica das línguas românicas, embora muitas formas vocabulares latinas do seu uso corrente tenham-se perdido ao longo do tempo. Certamente, o latim vulgar jamais terá seu léxico totalmente listado, já que seu uso não foi documentado, como observamos acima. Só mesmo, a partir de dados obtidos pelo trabalho filológico, principalmente por meio da comparação das línguas românicas e a língua latina, tem sido possível postular com pertinência a existência, no latim vulgar, dos vocábulos-fontes, correspondentes às diversas formas vocabulares das línguas românicas e, conseqüentemente, das línguas neolatinas. Entretanto, o método histórico-comparativo não se mostra totalmente eficaz, porquanto não se obtém semelhantes resultados satisfatórios em outros níveis da linguagem.

Para a reconstituição desse latim vulgar<sup>4</sup>, os estudiosos se valeram também de textos latinos que registraram tal modalidade linguística, como os diálogos das comédias romanas (de Plauto e Terêncio), as diversas inscrições em monumentos, em pedras tumulares e em paredes e as tabuinhas execratórias (*defixionum tabellae*) – pequenas tábuas de bronze, chumbo, estanho ou mármore, em que se escreviam fórmulas mágicas de encantamento ou de maldição. Há, ainda, o *Appendix Probi* (Apêndice de Probo) – uma famosa lista de palavras, atribuída a um gramático desconhecido (talvez Marco Valério Probo), que deve ter vivido no terceiro ou quarto século da nossa era. Trata-se de uma relação de vocábulos, em que aquele autor registrou 227 formas corretas ao lado das respectivas formas utilizadas pelo povo romano (Ex.: *oculus non oclus; ansa non asa; viridis non virdis*; etc.). Também o *Perigrinatio ad Loca Sancta* (Perigração à Terra Santa), que se atribui a uma jovem monja (talvez Etéria ou Egéria), que, no final do século IV, entre 381 e 384, relatou as suas visitas à Terra Santa (Belém, Nazaré e Jerusalém) para as suas companheiras, utilizando as muitas modalidades da língua latina.

---

<sup>4</sup> Para fazermos uma reconstituição do latim vulgar ou “latim coloquial tardio” teríamos de recorrer a fontes dessa mesma modalidade linguística, tais como: *Appendix Probi*, inscrições (lapidares, murais), glosas e outro tipo de testemunhos. O latim vulgar «se manteve indiviso, y en cierto grado uniforme, durante la época imperial; pero esta fundamental unidad no implicaba falta de diferencias regionales». Cf. Rafael Lapesa (1991, p. 83). A propósito do latim vulgar, veja-se ainda Alexandru Niculescu (1979, p. 243-55). Têm sido atribuídas várias definições de latim vulgar (desde sinónimo de registos populares, a língua das classes médias). Uma síntese interessante acerca desta problemática poderá ser lida em José Geraldes Freire (1988, p. 483-507), recomendando-se particularmente a leitura das p. 489-92.

A geografia peninsular também se alterava: diferentes reinos bárbaros começam a ser formar na península Ibérica com o estabelecimento das comunidades góticas, as quais assimilavam a língua latina e também professavam a religião cristã. Paulatinamente, esses reinos gótico-cristãos iam se estabelecendo em toda a península.

Da Europa Ocidental, vieram os germânicos, que não alteraram essencialmente a latinização (processo de expansão da cultura latina, do latim e de todas as culturas e línguas derivadas de tal processo): os vândalos, que inicialmente e por pouco tempo se fixaram na Galécia (hoje, Galiza e parte de Portugal) e na Bética (hoje, Andaluzia); os alanos, que se fixaram ao sul dos Pirineus, na parte nordeste da península, vizinha dos vascões; os suevos, que expulsaram os vândalos e se estabeleceram na Galécia e na Lusitânia (hoje, Portugal) e também os alanos e se estabeleceram no alto Norte da península; e, mais tarde, os visigodos, que dominaram todo o sul da Gália (da qual mais tarde foram expulsos pelos francos) e o resto da Hispânia.

Os reinos dos visigodos, que era o mais extenso da península Ibérica, subjugaram os reinos dos suevos e permaneceram até o século VIII, quando foram derrotados pelos árabes muçulmanos maometanos, que invadem a península, dando início a uma nova história de mudanças culturais, geográficas e linguísticas.

#### **4. *Um pouco sobre a língua de comunicação dos reinos cristãos: o romance (ou romance)***

Nos reinos gótico-cristãos, a língua de comunicação era uma linguagem que se constituía da organização daquele caos linguístico, o qual se dera após a queda do Império Romano; i.é, uma forma variante ou dialetal do latim vulgar. Como muitos eram os reinos gótico-cristãos em toda a Hispânia, muitos eram tais falares da dialeção do latim vulgar. O *Satyricon* de Petrónio, com vários passos em latim vulgar, é uma obra que “parece ser uma versão do português em latim”, como afirma Silveira Bueno (1958, p. 39), afirmando: “Se estas frases aparecessem num exercício escolar de latim, (...) hoje, os nossos professores diriam logo que era um latim macarrônico (...). Foram, porém, escritas por Petrónio, quando procurava, no seu romance famoso, reproduzir a fala do povo”.

Esses falares são atualmente denominados romances ou romanceses, ou seja, uma forma linguística dialetal, que se desenvolveu e se organizou em cada região do antigo Império Romano.

O professor Ismael de Lima Coutinho afirma que “não se pode precisar a época exata do desaparecimento do latim vulgar” (COUTINHO, 1976, p. 43) e cita o romanista americano Charles Hall Grandgent, que afirmara que “o período deste estende-se do ano 200 a.C. até pouco mais ou menos o de 600 da Era Cristã” (*Id., ibid.*, p. 43), quando os primeiros romances teriam aparecido.

Logo, o romance se relaciona a uma fase que vai da perda da unidade linguística do Império Romano até o surgimento dos primeiros textos na língua românica de uma dada região.

Uma vez evoluído e praticamente instituído como uma língua nos reinos gótico-cristãos, esse fenômeno linguístico tem sido denominado atualmente como uma língua românica. Língua românica é, pois, um estágio do que vimos denominando romance (ou romance).

Há autores, contudo, que veem o romance como “o próprio conjunto das línguas românicas”, as quais se formaram a partir do meado do século VIII, com o surgimento dos novos reinos cristãos, resistentes às investidas muçulmanas dos mouros invasores.

É dessas línguas românicas que se originam o que comumente denominamos línguas neolatinas (ou novilatinas), embora haja autores que também não distinguem as duas denominações:

As línguas neolatinas não se derivaram diretamente do latim, mas entre aquelas e este houve os vários *romances* – assim se chamavam as modificações regionais do latim –, dos quais saíram então as línguas românicas. (COUTINHO, 1976, p. 43)

Convém ressaltar que, na península, muitos foram os romances cristãos que se desenvolviam nas várias regiões de comunidades linguísticas de origem gótico-cristã; alguns evoluíram para uma dada língua românica nos reinos cristãos, que se formaram durante a resistência ao islamismo na península (como é o caso do aragonês, no Reino de Aragão, o castelhano, no Reino de Castela, o catalão, no Condado da Catalunha e o leonês, no Reino de Leão) e, posteriormente, para uma língua neolatina (como é o caso do castelhano, no Reino de Leão e Castela, e o catalão, na Catalunha). Convém sublinhar, igualmente, que a maioria deles, porém, nem chegou a constituir uma língua românica (como é o caso do asturiana-

no, o cântabro (ou montanhês ou fala asturo-leonesa), o navarro (ou Navarro-aragonês), o arão (ou aran) e outros).

Também algumas línguas neolatinas surgiram de romanches (como é o caso do galego, da atual Galiza, e do próprio português, que evoluíram do romanche galaico-português, do Condato Portucalense) e algumas línguas românicas não são, nos dias atuais, propriamente uma língua neolatina (como é o caso do aragonês e do leonês). A saber, são dez as consideradas unanimemente línguas neolatinas: catalão, dalmático (considerado língua morta desde 1898), espanhol (ou castelhano), francês, italiano, português, provençal, rético (ou reto-romano ou romanche), romeno e sardo. Também se podem considerar línguas neolatinas mais duas línguas: o mirandês e o istro-romeno. O mirandês – nome oficial de um falar asturo-leonês –, que é largamente utilizado em Terra de Miranda, é a segunda língua oficial de Portugal desde 1999; o istro-romeno, que é largamente falado na Croácia.

Daquele grupo de línguas neolatinas, apenas as cinco primeiras e mais o português são línguas oficiais. Sendo que o rético é a quarta língua oficial da Suíça e a última é língua extinta ou morta, cujo último falante (Tuone Udaina ou Antônio Udina, também conhecido como Burbur) morrera em 10 de junho de 1898, na ilha de Krk (ou Veglia) na Croácia.

Numa região fronteira entre o francês e o provençal, ocorre um grupo de falares ou uma língua franco-provençal, que foi denominada médio rodanês pelo linguista e filólogo alemão Suchier (1906) e, francês do sudeste por Meyer-Lübke (1926). Segundo esses estudiosos, o franco-provençal não chega a constituir uma língua propriamente dita.

Na península Ibérica, portanto, nos seus dois países existentes, cinco línguas neolatinas são hoje oficiais: o português é o idioma nacional em Portugal, tendo o mirandês como sua segunda língua oficial, e em Espanha, o castelhano é o idioma nacional e o galego e o catalão são línguas dialetais (do latim) ou regionais ou naturais – aquele, na Comunidade Autónoma da Galiza, que só a partir da metade do século XX passou a ser reconhecido como uma língua; este, na Comunidade Autónoma da Catalunha. Também na Espanha, o basco, que não é uma língua neolatina, se impõe na Comunidade Autónoma do País Basco.

## 5. *Breves considerações finais*

Vimos que muitas tribos germânicas já se instalavam pacificamente nas áreas internas do Império, próximas das fronteiras. Muitos desses germânicos também faziam parte dos exércitos romanos como mercenários, defendendo as fronteiras. Viviam normalmente entre os romanizados e praticamente estavam também romanizados.

Nessa época, o Império Romano se encontrava muito endividado, e a situação econômica de Roma, que já não conseguia manter a integridade do Império, só se agravava. No séc. V d.C., o Império Romano, já decadente, sofre uma maciça invasão dos bárbaros germânicos e é totalmente destruído por essas invasões góticas. Deu-se, em consequência dessa invasão, a declínio do Império Romano do Ocidente no final do século V, e diversas comunidades góticas começam a ser formar na península Ibérica, pois esses bárbaros invasores se estabeleciam em todas as regiões dominadas. Os povos bárbaros, essencialmente guerreiros e de cultura diferente da dos romanizados, embora fossem vencedores, adotaram os elementos de civilização: a religião cristã, a organização político-administrativa, entre outros.

O fato é que, depois da queda do Império, com a invasão dos bárbaros germânicos, o latim passou a se desenvolver independente e diferentemente em cada região; ou seja, dialetou-se paulatina e completamente. Com a dialeção do latim, instaura-se um verdadeiro caos linguístico, porquanto a língua de comunicação se efetivava essencialmente de forma oral.

Por fim, vimos que nos reinos gótico-cristãos, que se formavam, a língua de comunicação era uma linguagem que se constituía da organização daquele caos linguístico, o qual se dera após a queda do Império Romano; i.é, formas variantes ou dialetais do latim vulgar. Como muitos eram os reinos gótico-cristãos em toda a Hispânia, muitos eram tais falares da dialeção do latim vulgar.

Logo, o que caracterizava a geolinguística da península após a queda do Império eram as várias formas de comunicação que surgiam nas inúmeras comunidades linguísticas naquela região do antigo Império Romano, “sendo que a transição do latim para o romance colocou problemas, devido ao progressivo distanciamento estrutural entre os romances e o latim” (SILVA; OSÓRIO, 2008, p. 26). Os autores afirmam:

A partir de um determinado momento esses idiomas, que tinham resultado da evolução da língua latina, começam a distanciar-se muito dessa língua.

É também um problema de natureza sociolinguística e essa consciência emergiu primeiro no mundo galo-românico influenciada pelas reformas levadas a cabo por Carlos Magno. A reforma de Carlos Magno deu origem ao chamado “latim reformado” ou “restaurado”. No latim clássico a relação entre grafema era clara, mas com a evolução do latim essa relação foi ficando perturbada. (SILVA; OSÓRIO, 2008, p. 26)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANZA, Ana Paula; GONÇALVES, Maria Filomena. *Roteiro de História da Língua Portuguesa*. Évora: Universidade de Évora, 2018. E-book disponível em: <https://fliphtml5.com/eykka/pelf/basic/51-96>.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de Filologia Românica*. v. I, História Externa das Línguas Românicas. São Paulo: Edusp, 2005.

BOTELHO, José Mario. Um pouco de história externa da língua portuguesa. *Cadernos do CNLF*, v. XVII, n. 09, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2013. p. 144-56. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xvii\\_cnlf/cnlf/09/12.pdf](http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/09/12.pdf).

\_\_\_\_\_. Breve estudo da origem da língua portuguesa. *Revista Avelavras*, Edição 16, 2º Semestre de 2013. Mato Grosso: UNEMAT-BR, 2013. Disponível em: <http://www2.unemat.br/avelavra/EDICOES/16/artigos/botelho.pdf>.

\_\_\_\_\_. Causas e consequências da dialetação da língua latina. Um pouco de história externa da língua portuguesa. *Anais do XIV CNLF*, V. XIV, Tomo 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 2471-81. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_3/2471-2481.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_3/2471-2481.pdf).

\_\_\_\_\_. Considerações sobre a *Peregrinatio Aetherae*, de Rosalvo do Valle. *Revista SOLETRAS*, Ano X, n. 19, p. 35-41. jan./jun.2010. São Gonçalo: UERJ, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/7039>

BROCARD, Maria Teresa. *Tópicos de História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições, Colibri, 2014.

CÂMARA Jr., Joaquim Matoso. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

CARVALHO, Garcia Dolores; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1969.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DÍAZ y DÍAZ, Manuel (Org.). *Antología del Latín Vulgar*. Madrid: Editorial Gredos, 1962.

FREIRE, José Geraldes. Da filologia clássica do séc. XIX à filologiacristã (grega e latina) e ao latim tardio, especialmente no Ocidente hispânico (séc. IV-VII). Separ. de Congresso Internacional *As Humanidades Greco-Latinas e a Civilização do Universal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1988. p. 483-507

GIORDANI, Mario Curtis. *História dos Reinos Bárbaros*. Petrópolis: Vozes, 1970.

GUERRAS, Maria Sonsoles. *Os Povos Bárbaros*. São Paulo: Ática, 1987.

LAPESA, Rafael. *Historia de la Lengua Española*. Novena edición corregida y aumentada. Madrid: Gredos, 1991.

MARIÑO PAZ, Ramón. *Historia de la Lengua Gallega*. München: LINCOM Europa, 2008.

MATTOS, Geraldo; BOTELHO, José Mario. *Fundamentos históricos da língua portuguesa*. Curitiba: IESDE, 2008. (Videoaulas)

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Novas contribuições para a história da língua portuguesa: ainda os limites do português arcaico. *Revista Diadorim 2, Artigos inéditos – Língua e Sociedade*, dez. 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/Mario/Downloads/Novas\\_contribuicoes\\_para\\_a\\_historia\\_da\\_lingua\\_port%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Mario/Downloads/Novas_contribuicoes_para_a_historia_da_lingua_port%20(1).pdf).

MEIER, Harri. A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas. Separ. de *Biblos*, v. XVIII, tomo II, 1943.

MEYER-LÜBKE, guilherme. *Introducción a la Lingüística Románica*. Madrid: Hernando, 1926.

NICULESCU, Alexandru. El latín vulgar: consideraciones sobre un concepto. *Anuario de Letras*, v. XVII, p. 243-55, México, 1979.

OWEN, Francis. *The germanic people: their origin, expansion & culture*. Dorchester: Dorset Press, 1990.

PIEL, Joseph-Maria. *O Patrimônio Visigodo da Língua Portuguesa*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1942.

RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Estampa, 1995.

SILVA, Jaime Ferreira da; OSÓRIO, Paulo. *Introdução à História da Língua Portuguesa. Dos Fatores Externos à Dinâmica do Sistema Linguístico*. Lisboa: Edições Cosmos, 2008.

SILVA, José Pereira da. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2010.

SILVA NETO, Serafim da. *História da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

SILVEIRA BUENO, Francisco. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

SOUTO CABO, José António. Daquele que torto fez a don Ramiro ou a don Gomeze” – sobre a expansão do galego-português na documentação instrumental entre ca. 1174 e 1255. *Revista Philologus*, Ano 26, n. 78, p. 105-23, Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2020.

SUCHIER, Hermann. *Die Französische und Provenzalische Sprache und ihre Mundarten*. Strassburg: Karl J. Trübner, 1906. Disponível em: [https://archive.org/details/diefranzsische\\_u00suchgoog/page/n3](https://archive.org/details/diefranzsische_u00suchgoog/page/n3)

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. 2. ed. Trad. de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Título original: *Histoire de la langue portugaise*, 1997.

VÄÄNÄNEN, Veikko. *Introducción al Latín Vulgar*. Versión española de Manuel Carrión [do original francês: *Introduction au Latin Vulgaire*, troisième édition revue et augmentée. Paris: Klincksieck, 1981]. Madrid: Editorial Gredos, 1985.

VALLE, Rosalvo do. *Considerações sobre a Peregrinatio Aetheriae*. Organizado por José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Botelho, 2008.